

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **Educação, tecnocracia e democratização**. São Paulo: Ed. Ática, 1990. 86p.

O livro **Educação, tecnocracia e democratização** tem por objetivo fazer uma reflexão e análise crítica da educação na sociedade brasileira, a partir das reformas educacionais de 1968.

O conteúdo essencial do trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, a autora expõe sobre "educação e divisão social do trabalho", esclarecendo que se a educação é um "bem universal" para a construção da vida, não se pode dizer que sua distribuição o seja. Na realidade, o acesso à educação e ao conhecimento são desiguais, pois apresenta como universal um valor que beneficia apenas a uma classe. Isto, no seu entender, está intrinsecamente vinculado às desigualdades sociais estabelecidas pela divisão do trabalho.

Para explicar melhor este aspecto, Maria de Lourdes afirma que "o cerne da divisão social do trabalho é, num primeiro momento, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual".

Expõe sobre a relação concomitante entre homem e natureza (onde na verdade se concretiza a divisão social do trabalho), bem como sobre duas formas distintas de educação: a comunitária (na medida em que o acesso ao conhecimento e aos bens econômicos são mais ou menos equivalentes) e a societária (na medida em que a educação serve basicamente ao poder, e é distribuída desigualmente em diferentes modos de produção, como nos sistemas escravista, feudalista e capitalista).

Quanto à relação entre saber e poder, a autora procura fazer uma reflexão sobre democracia a partir da apreensão idealista, de a **República**, em Platão, e da apreensão positivista, em Durkheim.

Na segunda parte, intitulada "Capitalismo: restrição, controle e ritualismo da educação", Maria de Lourdes mostra que, "se a divisão social do trabalho implica tarefas distintas para os grupos sociais, também diferenciada é a distribuição do produto do trabalho global". E que, nesta linha de raciocínio, a educação sofre o mesmo processo enquanto considerada um bem. Mostra-nos como nas sociedades antigas, de regimes escravocrata e feudal, se dava a relação de poder a partir da divisão do trabalho e da distribuição do saber, com "uma rígida divisão entre trabalho manual e intelectual, que expressa uma íntima ligação entre saber e poder".

Portanto, segundo Covre, "a educação é arma de liberdade, de sair da inferioridade e da subalternidade completa (...) Daí estar sempre presente nos programas reivindicatórios dos operários a demanda por educação."

Percebe-se que a classe dominante não consegue controlar o saber, em sua especificidade como matéria-prima da educação, e como através de um ritualismo próprio se processam a defasagem e a degradação do ensino, sobretudo quando se trata de um sistema capitalista.

Na terceira parte do trabalho é enfocado um nível de luta, ou seja, o caráter ideológico da educação sob o monopolismo brasileiro. A este respeito, ficou evidenciado que a pretensa abertura de "educação para todos" sob o monopolismo brasileiro, será muito eficiente para o capital. Neste sentido, a autora questiona: "como reverter isso, de modo a termos uma educação eficiente para os trabalhadores — uma educação realmente de orientação para todos?"

Maria de Lourdes faz uma reflexão crítica sobre a questão da ideologia na educação, em que aparece a educação como um direito de todos. mas analisando a gênese da produção e usufruto dos bens, descobre-se que de fato a educação está restrita a uma classe dominante.

Assim, a preocupação que norteia este capítulo, esclarece a autora, é de refletir criticamente sobre a visão idealista da educação presente no pensamento dominante e suas conseqüências, principalmente no pós 1964.

Como afirma Covre, é importante ter em mente o caráter ideológico da educação, para poder se contrapor a ele e tentar construir uma educação que seja eficiente para os trabalhadores como um direito de todos.

Finalmente, na última parte, foi feita uma análise de âmbito político, ou seja, o que pensar da gestão da educação: democrática ou tecnocrática? Para esclarecer esta questão, a autora mostra que o processo para encaminhar uma administração da educação, numa direção mais democrática, depende da possibilidade e da orientação se contraporem à gestão tecnocrática.

Com referência a este aspecto, faz uma ampla exposição sobre as possibilidades e limites da gestão da educação em nível interno e externo, bem como da política educacional voluntarista para o primeiro, segundo e terceiro graus.

Concluindo, reafirma que "se a educação, em seu estatuto de bem universal, é parte da construção da vida, tudo que delineamos até aqui, da apropriação particular desse bem, significa apropriação de parte da vida dos subalternizados. ...

No final, o livro é complementado com um vocabulário crítico dos termos usados com maior ênfase no trabalho, e com uma bibliografia comentada.

Samuel Aureliano da Silva